

Anexo I

Requisitos das medidas e Despesas Elegíveis em Eficiência Energética e Energias Renováveis, por tipologia de operação

Requisitos das medidas	Despesas Elegíveis
I - EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	
a) Intervensões que visem o aumento da eficiência energética dos edifícios e equipamentos públicos da administração local (tipologia de operação: alínea a) do ponto 2.1 – I do Aviso)	
<p>i) Intervensões na envolvente opaca dos edifícios, com o objetivo de proceder à instalação de isolamento térmico em paredes, pavimentos, coberturas e caixas de estore.</p> <p>Requisitos:</p> <p>No caso de sistemas de isolamento térmico de paredes pelo exterior (ETICS) o mesmo deverá cumprir com a aprovação técnica europeia (European Technical Approval - ETA). No caso de isolamento térmico de pavimentos e coberturas (EPS e XPS) devem ser cumpridas as normas CEN e a marcação CE.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Aquisição e respetiva colocação de isolamento térmico (ex: poliestireno expandido, extrudido, lã mineral, cortiça ou outro) em fachadas, paredes, pavimentos, caixa de estores e preenchimento da caixa-de-ar de paredes duplas. • Acabamento (pintura, reboco, entre outros) relativo à instalação deste tipo de isolamento (por exemplo, em fachadas), na medida em que esse acabamento resulte da aplicação do isolamento. <p>Exemplos:</p> <p>A – É colocado isolamento na fachada, sendo necessário posteriormente rebocar e pintar ou revestir a fachada – despesa elegível.</p> <p>B – É colocado isolamento a preencher a caixa-de-ar de uma parede dupla – acabamento exterior não é despesa elegível.</p>
<p>ii) Intervensões na envolvente envidraçada dos edifícios, nomeadamente através da substituição de caixilharia com vidro simples, e caixilharia com vidro duplo sem corte térmico, por caixilharia com vidro duplo e corte térmico, ou solução equivalente em termos de desempenho energético, e respetivos dispositivos de sombreamento.</p>	<p>Custos Padrão por Tecnologias aplicáveis:</p> <p>Sim, para a(s) tipologia(s) de intervenção previstas no Anexo II do Aviso:</p> <ul style="list-style-type: none"> • "Envolvente opaca" <p>Aquisição e respetiva instalação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Caixilharia de alumínio com corte térmico; • Caixilharia de PVC ou madeira, ou de PVC/alumínio forrada a madeira; • Vãos duplos de caixilharia; • Outros tipos de caixilharia que conduzam ao cumprimento dos requisitos mínimos de

<p>Requisitos:</p> <p>As janelas a instalar devem estar de acordo com Regulamento dos Produtos da Construção (RPC) e evidenciar marcação CE. Para além disso devem possuir classe energética A de acordo com o Sistema de Etiqueta Energética de Produtos. https://www.seep.pt/pt-PT/Paginas/default.aspx</p> <p>As fachadas envidraçadas que não possuam elementos de sombreamento devem cumprir com o requisitos de fator solar previsto na Tabela I.10 da Portaria n.º 349-D/2013.</p>	<p>desempenho aplicáveis.</p> <p><i>Nota: na especificação de caixilharias devem ser avaliadas as condições de ventilação do edifício ou fração e, se necessário, utilizar estes elementos para incorporar eventuais dispositivos de admissão de ar.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> Dispositivos de sombreamento – palas, platibandas, estores, sistemas dinâmicos de sombreamento, fachadas agraçadas entre outras soluções que permitam um aumento na eficiência energética por melhoria das condições interiores no edifício ou fração. <p>Custos Padrão por Tecnologias aplicáveis:</p> <p>Sim, para a(s) tipologia(s) de intervenção previstas no Anexo II do Aviso:</p> <p>"Envolvente envidraçada"</p>
<p>iii) Iluminação interior e intervenções nos sistemas técnicos instalados, através da substituição dos sistemas existentes por sistemas de elevada eficiência, ou através de intervenções nos sistemas existentes que visem aumentar a sua eficiência energética, nomeadamente integração de água quente solar, incorporação de microgeração, sistemas de iluminação, aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC)</p> <p>Requisitos:</p> <p>A intervenção deverá cumprir com os requisitos de eficiência previstos nos seguintes pontos da Portaria n.º 349-D/2013:</p> <p>Ponto 7 - Sistemas de ar condicionado;</p> <p>Ponto 8 - Sistemas de preparação de AQS</p> <p>Ponto 9 - Sistemas de Iluminação.</p> <p>Projeto de execução dos sistemas a instalar</p> <p>Nos casos dos sistemas de aquecimento a instalar (esquentadores de condensação, caldeira de condensação, bombas de calor)</p>	<ul style="list-style-type: none"> Aquisição e instalação de equipamentos de iluminação interior. Lâmpadas. Intervenções em sistemas de produção de águas quentes sanitárias (AQS) ou outros sistemas técnicos já existentes, com o objetivo da sua otimização em termos de eficiência energética. Substituição (aquisição e instalação) de sistema AQS por outro novo, mais eficiente – por exemplo, num edifício devoluto que já apresente algum tipo de sistema de AQS, ainda que esteja devoluto, é elegível a colocação de um novo, mais eficiente. Inclui a aquisição e instalação de esquentadores, caldeiras, termoacumuladores, bombas de calor, entre outros, e canalizações (neste último caso, apenas aquelas que integram o sistema de AQS, ou seja as destinadas à distribuição de água quente). Nos outros sistemas técnicos, incluem-se os sistemas de climatização (ar condicionado, sistemas de aquecimento central, entre outros) e de sistemas de ventilação pontual em casas de banho, mas atendendo sempre à necessidade de substituição de um sistema previamente existente por outro de elevada eficiência. <p>Exemplos de operações não elegíveis (não exaustivo):</p> <ul style="list-style-type: none"> Aquisição e instalação de sistema de AQS e de outros sistemas técnicos onde não existia



<p>devem possuir classe energética mínima igual a A.</p> <p>Nos casos de equipamentos de iluminação interior a instalar devem possuir classe energética mínima igual a A.</p>	<p>nenhum.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aquisição e instalação de sistemas de ventilação pontual (exaustores) de cozinha. • Intervenções nas redes elétricas.
<p>iv) Instalação de sistemas e equipamentos que permitam a gestão de consumos de energia, por forma a contabilizar e gerir os consumos de energia, gerando assim economias e possibilitando a sua transferência entre períodos tarifários.</p> <p>Requisitos:</p> <p>No caso de sistemas de gestão técnica centralizada de edifícios a intervenção deverá cumprir com os requisitos de eficiência aplicáveis e previstos no ponto 10 da Portaria n.º 349-D/2013.</p> <p>Projeto de execução dos sistemas a instalar</p>	<p>Custos Padrão por Tecnologias aplicáveis:</p> <p>Sim, para a(s) tipologia(s) de intervenção previstas no Anexo II do Aviso:</p> <p>"Aquecimento de águas sanitárias (AQS)"</p> <p>"AQS e Climatização"</p> <p>"Sistemas de iluminação"</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aquisição e instalação de equipamentos e sistemas que permitam, do ponto de vista do utilizador, gerir o consumo de energia da fração ou edifício (por ex. Termostatos, relógios programadores de corrente elétrica, reguladores de intensidade de luz). <p>Exemplos de operações não elegíveis (não exaustivo):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contadores inteligentes e eletrodomésticos que permitam regulação do consumo de energia. <p>Custos Padrão por Tecnologias aplicáveis:</p> <p>Não.</p>

78

Requisitos das medidas	Despesas Elegíveis
I - EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	
b) Intervenções ao nível da promoção de energias renováveis nos edifícios e equipamentos da administração local para autoconsumo desde que façam parte de soluções integradas que visem a eficiência energética (tipologia de operação: alínea b) do ponto 2.1 – I do Aviso)	
<p>i) Instalação de painéis solares térmicos para produção de água quente sanitária e climatização;</p> <p>Requisitos:</p> <p>A intervenção deverá cumprir com os requisitos de eficiência previstos no ponto 8 da Portaria n.º 349-D/2013;</p> <p>Os sistemas solares térmicos a instalar devem possuir Solar Keymark ou a marcação CE. A classe energética A de acordo com a Sistema de Etiquetagem Label Pack A+:</p> <p>http://www.label-pack-a-plus.eu/Portugal/</p> <p>Projeto de execução dos sistemas a instalar</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Aquisição e instalação de painéis solares térmicos em coberturas, fachadas ou logradouros, destinados ao aquecimento das águas sanitárias e climatização. <p>Custos Padrão por Tecnologias aplicáveis:</p> <p>Sim, para a(s) tipologia(s) de intervenção previstas no Anexo II do Aviso:</p> <p>"Aquecimento de águas sanitárias (AQS)", cuja solução técnica se enquadre em "Sistema solar de circulação forçada"</p>
<p>ii) Instalação de sistemas de produção de energia para autoconsumo a partir de fontes de energia renovável.</p> <p>Requisitos:</p> <p>A intervenção deverá cumprir com os requisitos do Decreto-Lei n.º 153/2014 de 20 de outubro;</p> <p>Painéis/sistemas com certificado Solar Keymark</p> <p>Projeto de execução dos sistemas a instalar</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Aquisição e instalação de unidades de produção para autoconsumo baseadas em tecnologias de produção renováveis, a instalar na cobertura, fachada, interior ou logradouro do edifício, que permitam uma associação a cada fração do edifício (se aplicável), bem como às partes comuns, permitindo o consumo de energia em cada uma dessas partes do edifício. <p>Exemplos:</p> <p>Painéis solares, aerogeradores, sistemas de produção de energia a partir de biomassa (como recuperadores de calor) entre outros sistemas e equipamentos de produção de energia a partir de fontes renováveis.</p> <p>A despesa elegível com investimento em produção de energia elétrica para autoconsumo a partir de fontes de energias renováveis está limitada a 30% do montante de investimento elegível da candidatura relativo às componentes de eficiência energética.</p>

<p>Custos Padrão por Tecnologias aplicáveis:</p> <p>Sim, para a(s) tipologia(s) de intervenção previstas no Anexo II do Aviso:</p> <p>"Sistemas de produção de energia"</p>	
<p>Requisitos das medidas</p>	
<p>II - ILUMINAÇÃO PÚBLICA</p> <p>c) Intervenções nos sistemas de iluminação pública, sistemas semafóricos e sistemas de iluminação decorativa, tais como monumentos, jardins, entre outros, com o objetivo de reduzir os consumos de energia, através da instalação de sistemas e tecnologias mais eficientes, assim como pela introdução de sistemas de gestão capazes de potenciar reduções do consumo de energia elétrica associado a estes sistemas.</p> <p>(tipologia de operação: alínea c) do ponto 2.1 – II do Aviso)</p>	
<p>Requisitos:</p> <p>Iluminação Pública e decorativa:</p> <p>Obedecer aos parâmetros de referência estabelecidos pela DGEG;</p> <p>Cumprir com os requisitos constantes no documento DMA-C71-111/N relativo a aparelhos de iluminação elétrica e acessórios (luminárias de iluminação pública: tecnologia LED) estabelecidos pela EDP Distribuição.</p> <p>Semáforos:</p> <p>Conformidade com as normas EN 60598-2-1996/EN 50081-1:92/EN 50082-1:92, na sua versão atual;</p> <p>Cumprimento das Diretivas Comunitárias de baixa tensão (73/23/EEC) e compatibilidade eletromagnética (89/336/EEC)</p> <p>Certificação de acordo com a EN 12368:2006, no que diz respeito a diâmetros de vidros normalizados, intensidade luminosa, distribuição da intensidade luminosa, uniformidade de iluminação, limites máximos para o efeito "fantasma", cromaticidade, temperatura ambiente e cor.</p>	<p>Despesas Elegíveis</p> <ul style="list-style-type: none"> Despesas com a aquisição de lâmpadas e luminárias utilizadas na iluminação pública e decorativa, bem como nos sistemas semafóricos; Aquisição de sistemas de gestão que permitam reduzir o consumo de energia elétrica associado aos sistemas iluminação pública, decorativa e semafóricos. Despesas com a realização de auditorias e outros estudos energéticos necessárias à realização dos investimentos Despesas com a realização de auditorias e outros estudos energéticos que permitam determinar as economias de energia a alcançar <p>Exemplos de operações não elegíveis (não exaustivo):</p> <ul style="list-style-type: none"> Redes elétricas associadas às instalações de iluminação pública <p>Custos Padrão por tecnologias aplicáveis</p> <p>Sim, para a(s) tipologia(s) de intervenção previstas no Anexo II do Aviso:</p>

	"Iluminação pública, decorativa e semáforos"
--	--

Requisitos das medidas	Despesas Elegíveis
III - ESTUDOS - ações materiais relacionadas com as ações propostas em I e II d) Auditorias, diagnósticos e outros trabalhos necessários à realização de investimentos, bem como a avaliação «ex-post» independente que permita a avaliação e o acompanhamento do desempenho e da eficiência energética do investimento (tipologia de operação: alínea d) do ponto 2.1 - III do Aviso)	
<p>Elaboração e emissão de certificado energético no âmbito do SCE, devidamente acompanhado do Relatório de Auditoria Energética, que caracterize o cenário de base e detalhe as medidas de eficiência energética que serão tidas em conta no âmbito da candidatura.</p> <p>Requisitos:</p> <p>No âmbito do Sistema de Certificação de Edifícios, Decreto-Lei n.º 118/2013, de 20 de agosto, na sua mais recente redação.</p>	<p>Relativamente à avaliação «ex-ante»</p> <ul style="list-style-type: none"> Despesas com a atualização do certificado energético para o atual referencial (de 2016); Despesas com o processo de certificação energética nos casos em que não constitua uma obrigatoriedade legal para os edifícios a intervencionar. <p>Exemplos de operações não elegíveis (não exaustivo):</p> <ul style="list-style-type: none"> Despesas com o processo de certificação energética em que tal constitua uma obrigatoriedade legal para os edifícios a intervencionar.
	<p>Relativamente à avaliação «ex-post»</p> <ul style="list-style-type: none"> Despesas com a atualização do certificado energético para a situação após a conclusão da operação. <p>Exemplos de operações não elegíveis (não exaustivo):</p> <ul style="list-style-type: none"> Despesas com a atualização do certificado energético em que tal constitua uma obrigatoriedade legal para os edifícios a intervencionar (grande intervenção).